

O Movimento Estudantil  
na resistência  
à Ditadura Militar  
(1969-1979)

CONSELHO EDITORIAL

Bertha K. Becker (*in memoriam*)

Candido Mendes

Cristovam Buarque

Ignacy Sachs

Jurandir Freire Costa

Ladislau Dowbor

Pierre Salama

**O Movimento Estudantil  
na resistência  
à Ditadura Militar  
(1969-1979)**

*Angélica Müller*

G a r a m o n d

Copyright © Angélica Müller

Direitos cedidos para esta edição à  
*Editora Garamond Ltda.*  
Rua Cândido de Oliveira, 43  
CEP 20261-115 – Rio de Janeiro – Brasil  
Telefax: (21) 2504-9211  
e-mail: editora@garamond.com.br  
website: www.garamond.com.br

*Revisão* Alberto Almeida

*Projeto gráfico e capa* Estúdio Garamond

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

---

M923m

Müller, Angélica

O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979) / Angélica Müller. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

224 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-7617-436-3

1. 1969-1979. 2. Movimentos de protesto. 3. Movimentos estudantis. 4. Ditadura militar - Brasil. I. Título.

16-36312

CDD: 322.440981

CDU: 323.22-057.87(81)

---

Todos os direitos reservados. A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

## “Anos de chumbo” e a resistência do movimento estudantil

*Durante o interregno 1968-1973, nada se historiou do movimento estudantil porque, praticamente, ele não existiu, faltou-lhe expressão política. Os líderes estavam fora do país, no exílio, ou clandestinos na luta armada.<sup>14</sup>*

*A ditadura militar apesar da repressão ao 30º Congresso de Ibiúna e das perseguições intensificadas pelo AI-5 não conseguiu desarticular o ME nem sufocar sua combatividade<sup>15</sup>.*

Analisar a atuação do ME durante os “anos de chumbo” é propor a costura de uma “colcha de retalhos”. A configuração do movimento modificou-se muito, com relação ao período anterior, devido às novas regras impostas pelo regime ditatorial<sup>16</sup>. As lutas de massa que invadiram as ruas em 1968 transformaram-se em reivindicações pontuais, dentro das universidades. Alguns estudantes ingressaram na luta armada, que entrou para a história como o símbolo da resistência do período. Sem dúvida, o “baque” de Ibiúna e a decretação do AI-5, que aniquilaram as possibilidades da luta política de massa, contribuíram para a opção pela luta armada<sup>17</sup>, cuja sua cultura política revolucionária, gestada nos anos 1950 e 1960, viveu seu momento ápice e também sua morte.

14 COSTA, Caio Túlio. *Cale-se*. São Paulo: A Girafa, 2003. p. 293.

15 Resoluções do Conselho Nacional dos Estudantes (UNE), 1º sem. 1969 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36).

16 Maria Helena Moreira Alves indica que o AI-5 introduziu um terceiro ciclo de repressão, caracterizado por amplos expurgos em órgãos políticos representativos, universidades, redes de informação e no aparato burocrático do Estado. O Congresso Nacional permaneceu fechado entre dezembro de 1968 a 30 de janeiro de 1969, período em que o Executivo promulgou 13 atos institucionais, 40 atos complementares e 20 decretos-leis que se destinavam a controlar as instituições da sociedade civil, tendo como mais importante o estabelecimento da Lei de Segurança Nacional (*Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC), 2005. p. 171-219).

17 Marcelo Ridenti trabalha com uma série de depoimentos, dentre eles o de Cid Benjamim, que afirmou: “(...) tudo isso formava um quadro que realmente [nos] deixava o engajamento nas ações armadas como aparentemente a ‘saída mais natural’ para os estudantes mais politizados.” (*O fantasma da revolução brasileira*, cit., p. 125).

Procuro mostrar, no entanto, que outros estudantes realizaram uma resistência dentro das universidades, de maneira pacífica, evidenciando outras formas de resistência durante os “anos de chumbo”. No início de 1969, o Decreto-Lei n. 477 implicou um cerceamento ainda maior das liberdades de atuação dos professores e alunos. Nessa conjuntura, a atuação da UNE como entidade representativa dos universitários no plano nacional acabou esmorecendo, devido à forte repressão. Diante desse novo quadro, o Conselho da entidade, em 1970, optou pela organização de “frentes de vanguarda” por turmas e faculdades como uma maneira de ação em nome da resistência do movimento<sup>18</sup>. Assim, o recuo da atuação da entidade no plano nacional, em decorrência das condições impostas pela repressão, não resultou na desarticulação do movimento como um todo: seus representantes encontraram novas maneiras de se fazer representar no quadro de resistências contra o regime.

Nesse cenário, o movimento estudantil universitário organizou pequenas ações, buscando diferentes formas de atuação – e por que não dizer de “sobrevivência” –, que variaram de acordo com a realidade local. Na UEG (antiga UERJ), por exemplo, o DCE e todos CAs foram fechados, restando aos estudantes somente as representações por turma. Na UFMG, após um curto período de readaptação, já em 1971 foram organizadas eleições para presidência da entidade. Na USP, o grande pilar do movimento durante esse tempo foi o Conselho dos Centros Acadêmicos<sup>19</sup>.

Caberá, neste capítulo, mostrar como o ME, apesar das limitações de representatividade, conseguiu se “organizar” e praticar uma resistência contra a ditadura militar. Ou seja, parto do pressuposto de que o movimento nunca deixou de existir e de que momentos como o plebiscito do ensino pago, em 1972, as lutas pela revogação do 477 e a repercussão da morte de Alexandre Vannucchi Leme (tema que será abordado ao longo deste capítulo e retomado no quarto) fazem parte de um processo de resistência permanente dentro das universidades e que tinha “pontes”, mas também apresentava tensão, com a resistência armada. Foi através desse processo de “microrresistências” que o movimento estudantil pôde “reinventar-se”, renovar-se e voltar às ruas como pioneiros na luta pelas liberdades democráticas. Apresento, assim, o desenrolar de uma

---

18 Resoluções do Conselho Nacional de Estudantes (UNE), 1970 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36).

19 Histórico do CCA (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36). Entrevista de Geraldo Siqueira Filho concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, Brasília, em 01 de dezembro de 2004. Entrevista de Adriano Diogo concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, São Paulo em 11 de novembro de 2004.

resistência pacífica que vai delineando uma nova cultura política no seio das oposições: a luta pelas liberdades democráticas e pelo fim da ditadura militar.

Em um pequeno ensaio sobre memória e esquecimento, a historiadora Denise Rollemberg afirma que houve uma pluralidade de memórias esquecidas – publicadas sim, mas não conhecidas ou não incorporadas à memória coletiva<sup>20</sup> –, como considero ser o caso das diversas versões sobre o movimento ou movimentos estudantis durante os “anos de chumbo” que não foram mostradas ou não mereceram até então o devido destaque. Procurarei mostrá-las neste capítulo. Diferentemente do momento anterior, que se caracterizou por uma resistência de um movimento de massas, durante o auge da repressão foi possível realizar uma resistência no interior das universidades cuja pauta principal se restringia às questões educacionais e as ações realizadas tinham como locus privilegiado a produção artística e cultural.

## 1.1 Os primeiros passos

Após Ibiúna, a UNE conseguiu eleger seu novo presidente em março de 1969: o estudante de química da UFRJ Jean Marc von der Weid, vinculado à Ação Popular (AP)<sup>21</sup>. Segundo Jean Marc, assumiram a direção do movimento pessoas que tinham se destacado ao longo do ano anterior cujo perfil era mais de “agitadores de massas”<sup>22</sup> do que de articuladores.

---

20 ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas. São Carlos, SP: Editora da Universidade Federal de São Carlos (EdUFSCAR), 2006. p. 84.

21 A Ação Popular, nascida no início dos anos 1960, surgiu a partir da Juventude Universitária Católica (JUC): a aproximação das ideias marxistas levou boa parte dos jucistas, que eram predominantes então no ME, a fundar a AP. No documento de fundação, prevaleciam as ideias de um “socialismo como humanismo cristão, enquanto crítica da alienação capitalista e movimento real da sua superação”. A AP, durante toda a década de 1960, elegeu os presidentes da UNE e de muitas entidades do ME. Para um aprofundamento, ver: RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. v. 5, p. 213-282.

22 “A AP selecionou os quadros que eram melhores de agitação de massa, mas péssimos organizadores. A gente foi recompondo uma diretoria com gente com um pouco mais de capacidade de organização, de articulação e menos de agitação, porque não tinha mais espaço para grandes agitações. Aquela diretoria ainda viveu algumas ilusões. Lembro-me de quando a gente se separou no fim de fevereiro de 1969, numa reunião com as pessoas planejando as grandes manifestações de massa que iriam ser feitas para comemorar o primeiro aniversário da morte do Edson Luís. Eles diziam: ‘Quem fizer manifestação com menos de 10 mil pessoas vai ser censurado’. E eu dizia: ‘Acho que se a gente conseguir fazer alguma manifestação, vai ser muito bom’. (Entrevista de Jean Marc von der Weid concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, Rio de Janeiro em 07 de outubro de 2004). Na chapa vitoriosa, representavam o PC do B os estudantes João de Paula (CE), Helenira Resende (SP), Ronald Rocha (RJ) e Aurélio Miguel (BA). Pela AP, além de Jean Marc (SP), estavam Honestino Guimarães

O jornal *O Movimento* (órgão de divulgação oficial da UNE) de maio de 1969 divulgou a retomada das movimentações estudantis. Na Guanabara, o Exército fechou o Instituto de Filosofia da UEG, mas os estudantes reagiram, invadindo o prédio da faculdade, o que resultou na sua imediata reabertura. No Recife, os alunos da faculdade de Medicina da UFPE resistiram à intervenção do IV Exército, que exigia a suspensão por três anos de 37 de seus alunos. Nesse caso, os estudantes, aliados aos professores, continuaram a assistir às aulas e realizaram mobilizações que resultaram na recusa unânime, por parte da Congregação da faculdade, de suspender os alunos. Foi também em Recife que várias faculdades entraram em greve por ocasião do assassinato, por agentes da repressão, do estudante Cândido Pinto, presidente da UEE local<sup>23</sup>.

Devido aos acontecimentos nos planos nacional e internacional do ano anterior, 1969 foi considerado um bom momento para se tentar uma “agitação maior” e, para isso, foram confeccionados jornais e panfletos para serem distribuídos no dia 1º de maio. O suplemento especial do *Jornal da UEE/SP* apresentou um pequeno histórico sobre os operários franceses em fins do século XIX, associando suas lutas com as que tinham sido travadas pelos operários brasileiros (greves de Osasco em 1968) que, segundo o texto, foram importantes para “elevar o nível de consciência e organização” dos trabalhadores. O mesmo jornal fez referência às medidas do ministro do Trabalho Jarbas Passarinho, que acenou com a possibilidade de um reajuste salarial no intuito de “sossegar” as lideranças sindicais, buscando impedir os festejos do 1º de maio e criando um clima de suspense na classe operária. A matéria se encerrou com a seguinte afirmação: “O 1º de maio de 1969, como o de 1968, também será um dia de luta.”<sup>24</sup> Nota-se, pois, que o “clima” de luta do ano anterior ainda pairava entre os que continuavam resistindo à ditadura. Sem poder organizar “as massas”, as lideranças que prepararam as manifestações de 1º de maio acabaram por se restringir a realização de ações isoladas.

Foi nesse contexto que a UNE convocou seu Conselho. Quinze estados estiveram representados na reunião, que serviu para dar posse efetiva à nova diretoria. Segundo o jornal *O Movimento*, esse foi um Conselho voltado para a preparação dos primeiros embates do ME após o AI-5: “Um conselho de unidade no fortalecimento da perspectiva de retomar as lutas, fortalecer nossas

---

(DF), Valdo Silva, Umberto Câmara, José Carlos da Mata Machado e Dora Rodrigues de Carvalho (MG) (BUONICORE, Augusto. *A UNE: uma página perdida da história*. Disponível em: <[http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id\\_coluna\\_texto=1876&id\\_coluna=10](http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=1876&id_coluna=10)>. Acesso em: 02 jul. 2010.

23 *O Movimento*, de maio 1969 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36).

24 *Jornal da UEE* – suplemento especial UEE/SP (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 45).

entidades representativas, posição de luta ante o avanço da repressão, expressos no programa da nova diretoria apoiado por ampla maioria.”<sup>25</sup> Dentre as proposições de “luta” aclamadas, ficou marcada uma greve geral para o dia 11 de junho, designado como o dia de luta contra a repressão da ditadura militar, especificamente contra o “477” e contra a vinda ao Brasil do “agente do imperialismo” Nelson Rockefeller (na época governador de Nova Iorque), bem como uma campanha pela libertação dos “companheiros” presos<sup>26</sup>.

Munidos de informes sobre a “recepção” a Rockefeller nos outros países da América Latina, o jornal *O Movimento* publicou resumos com matérias de jornais de grande circulação sobre a trajetória do “representante do imperialismo americano” em sua estada na Guatemala e Honduras e os protestos estudantis. A partir dessas informações, que denota a circulação das mesmas, a UNE preparou-se para a visita de Rockefeller ao país em julho. Jean Marc lembra que, em alguns lugares, houve manifestações bastante veementes. Mas o “grosso” do movimento restringiu-se a uma rápida greve nacional de dois dias:

Eu diria, comparando com as que a gente fez antes, foi bastante fraquinha. Mas foi significativa para as condições do momento. Devemos ter paralisado talvez uns 30% das faculdades no país, o que naquela altura não era pouco, inclusive com um tema que era ultrapolítico: a questão da visita do Rockefeller<sup>27</sup>.

Além da greve, foram realizadas passeatas em algumas cidades contra a visita do “agente do imperialismo”, aliás as últimas passeatas amplas promovidas pela UNE. Depois desse evento, as manifestações que se seguiram foram bem mais restritas, sem possibilidade de convocação ampla, como era realizado anteriormente, relembra Ronald Rocha, um dos diretores da UNE à época. Apesar da instauração de um novo ciclo (para utilizar a expressão de Maria Helena Moreira Alves) da ditadura, constatamos que a UNE pretendia resistir e envidava esforços para que o movimento pudesse ser retomado, nos moldes do que fora pouco tempo antes. Mas, sem dúvida, as manifestações contra Rockefeller mostraram as dificuldades que a associação encontrava para organizar os estudantes em nível nacional. Tal possibilidade se tornava cada vez mais difícil.

---

25 *O Movimento*, de maio 1969 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36).

26 Na reinquirição de Jean Marc, quando da sua prisão na Ilha das Flores (como veremos adiante), em 6 de janeiro de 1970, o presidente da UNE confirmou que esses tópicos foram discutidos no Conselho da entidade e foram preparadas as manifestações para a vinda de Rockefeller (Arquivo AEL/Unicamp. Coleção Brasil Nunca Mais 205. p. 461).

27 As referências completas de todas entrevistas citadas ao longo do livro encontram-se ao seu final.

Outro acontecimento de destaque naquela conjuntura foi a doença de Costa e Silva, que o afastou da presidência<sup>28</sup>. O *Jornal da UEE/SP*, de outubro daquele ano, trouxe uma matéria intitulada “Rendição da guarda”, que tecia comentários sobre o novo presidente, Emílio Garrastazu Médici: “Agora, apresentam o novo ‘eleito’: é democrata autêntico, tem muitos netinhos e uma mulher recatada. E, importantíssimo: já foi chefe do SNI”. Fazendo uma paródia em relação a esse perfil do novo presidente, o articulista comentava:

Este terceiro monarca segue a dinastia iniciada por Castelo em abril de [19]64. Seu parto foi doloroso, pois os pais da “revolução” tinham muitos desentendimentos congênicos. O filho herdou dos pais o hábito de falar em democracia, mas também herdou o velho hábito de calar a boca alheia. (...) Enfim essa comédia não tem muita importância. É apenas uma rendição da guarda. Em vez de marechal, um general de quatro estrelas. Talvez o próximo seja um general de três estrelas. Estamos ou não estamos chegando às “bases”?<sup>29</sup>

Quando o presidente da UNE soube da substituição de Costa e Silva por Médici, dirigiu-se a um “aparelho” da AP para encontrar companheiros de diretoria, mas o aparelho tinha “caído” e Jean Marc foi preso, levado para o DOPS e depois para a Marinha, na Ilha das Flores. Sua prisão durou um ano e meio: foi libertado por ocasião do sequestro do embaixador suíço e, a seguir, pediu asilo no Chile, em janeiro de 1971. A UNE “aproveitou a oportunidade” da prisão de seu dirigente para aumentar as denúncias contra o regime. Publicou uma carta de Jean Marc, então prisioneiro, dirigida aos estudantes, na qual afirmava:

(...) a queda de um lutador deve servir de estímulo para que [ele] seja substituído. A vida na cela se disciplina agora dentro de um objetivo mais alto, de servir o povo, a Revolução. Não vegetamos aqui. Travamos a luta no terreno mais difícil de todos: nas mãos do inimigo. (...) *Nós sairemos daqui, é claro, e com vocês, com todo o povo, seremos milhões de lutadores. E seremos imbatíveis.* (...) Até a próxima, companheiros. Nosso coração bate forte por todos vocês. Não relaxem nunca na vigilância, vocês são preciosos aí fora<sup>30</sup>. (grifei)

---

28 Sobre o processo de transferência do poder, consultar: ALVES, Maria Helena Moreira, *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*, cit., p. 175-176.

29 *Jornal da UEE/SP*, outubro de 1969. Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 045.

30 Carta aberta do presidente da UNE, Jean Marc, aos estudantes brasileiros. *O Movimento*, de 1970 (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 36). Em um depoimento também de 1970, Jean Marc deixou registrado: “Sei que milhares e milhares de estudantes os sustentam [seus ideais] e que nossa luta continuará. A vitória será nossa pois a violência de uma minoria não prevalecerá sobre

Augusto Buonicore afirma que a maioria das correntes de esquerda não havia avaliado adequadamente a nova correlação de forças que se abriu no final de 1968. Para o historiador, essas correntes viam o AI-5 apenas como um sinal de fraqueza e isolamento do regime militar. Acreditavam que ainda existiam todas as condições de retomar o movimento de massas no mesmo patamar do período anterior. Um grave erro, que seria responsável por algumas derrotas, segundo o autor<sup>31</sup>.

Entendo que a “ilusão” de um retorno ao movimento de massas ainda acalentado por muitos no pós-AI-5, como afirma Jean Marc em seu depoimento ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, não se restringe à negativa de “enxergar a nova realidade”. Ela pode ser vista também como uma forma de resistência explicitada no “estímulo” para recrutar novos militantes e, dessa forma, não deixar o movimento esmorecer. Outros documentos da entidade seguem nessa linha:

Recentemente, agravou-se profundamente a situação nacional. *Apavorados com a amplitude do “repúdio” popular do regime* os generais fascistas provocaram uma onda de violências sem precedentes na história do nosso país. (...) De fato, nosso povo não se conforma com a atual situação. Nos últimos meses, o proletariado, os estudantes, os camponeses realizaram algumas ações que desafiaram a prepotência policial-militar. Acumularam-se fatores favoráveis para o desencadeamento de ações políticas. *Transformemos o descontentamento e a revolta das massas em ações concretas à ditadura!*” (grifei)

Pelo texto acima, pode-se depreender que o apelo à resistência constituía uma “defesa” antes que uma ofensiva, mais uma reação que uma ação<sup>32</sup> propriamente dita contra a ditadura e suas novas formas de repressão. Cabe lembrar que as formas de ação do resistente nascem da vontade de “fazer qualquer coisa”<sup>33</sup> para não se submeter à situação vivenciada. Como as tentativas de retomar as lutas de massas se mostraram inviáveis, outras formas de ação foram propostas, com o intuito de continuar o combate contra a ditadura militar.

---

a força e vontade de milhões de brasileiros que hoje são oprimidos, humilhados e explorados.(...)” (Arquivo AEL/Unicamp. Coleção Brasil Nunca Mais 205. p. 466).

31 BUONICORE, Augusto, *A UNE: uma página perdida da história*, cit.

32 MATTEUCCI, Nicola. Resistência. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004. v. 2, p. 1.114.

33 SAINCLIVIER, Jacqueline. Multiplicité des formes d'action: redécouverte et invention. In: MARCOT, François; LEROUX, Bruno; LEVISSÉ-TOUZÉ, Christine (Dirs.). *Dictionnaire historique de la résistance*. Paris: Robert Laffont, 2006. p. 561.